



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

<b>ATA DE REUNIÃO – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL</b>		
CONVOCADO POR: DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA – CORREGEDORA GERAL DE JUSTIÇA		DATA: 22.05.2025
<b>PARTICIPANTE</b>	<b>CARGO/SETOR</b>	<b>MODO DE PARTICIPAÇÃO</b>
ANDRE LUIZ FILO-CREÃO G. DA FONSECA	JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA	PRESENCIAL
HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO	JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA	PRESENCIAL
LUCIO BARRETO GUERREIRO	JUIZ DE DIREITO	PRESENCIAL
JOAO CLOVIS	CODEM	PRESENCIAL
ENIVALDO BRITO	CODEM	PRESENCIAL
BRUNA REIS	CODEM	CODEM
JOSÉ ODILON MEDEIROS	SPU	PRESENCIAL
FLAVIO RICARDO AZEVEDO	ITERPA	ONLINE
SORAIA OLIVEIRA	ITERPA	ONLINE
MARIO TITO ALMEIDA	INCRA/NORDESTE DO PARÁ	PRESENCIAL
CLAUDECK ALVES FERREIRA	INCRA/SUDESTE	ONLINE
GIROLAMO TRECCANI	FETAGRI	PRESENCIAL
AHAROM ALCOLUMBRE	SUDAM	PRESENCIAL
NAIRE REI	OAB	PRESENCIAL
VANDERSOM QUARESMA	OAB	PRESENCIAL
THIAGO FREITAS	OAB	PRESENCIAL
RENATA RODRIGUES ALMEIDA	RI CAPITÃO POÇO	ONLINE
ETELVANA ALVAREZ	RI ANANINDEUA	PRESENCIAL
MOEMA LOCATELLI BELLUZZO	PRESIDENTE DA ANOREG/PA	ONLINE
MYRZA TANDAYA NYLANDER PEGADO	CRI/PA	ONLINE
MARIO SOLANO	FAEPA	PRESENCIAL
ANA LUISA ROCHA	UFPA/ASSESSORA DA CGJ	PRESENCIAL
FLAVIA SILVA	MUNICÍPIO ANANINDEUA	PRESENCIAL
GIOVANNA FACIOLA	MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO AJURU	PRESENCIAL
NATANIA BAPTISTA DE SOUZA	MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO AJURU	PRESENCIAL
ADRIANA MEZZOMO	MUNICÍPIO BREU BRANCO	ONLINE
ANAZELIO MORAES DINIZ	MUNICÍPIO CAMETÁ	ONLINE

ALAN ALHO	MUNICÍPIO CAPITÃO POÇO	ONLINE
LENA VANIA	OUVIDORIA AGRARIA	PRESENCIAL
ALVARO ALVÃO	SECRETARIA DE INFORMATICA DO TJPA	PRESENCIAL
PAOLA WATRIN PIMENTA MENESCAL	ANALISTA JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA – SECRETÁRIA	PRESENCIAL
MONIQUE SOARES LEITE	ANALISTA JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA – SECRETÁRIA	PRESENCIAL

### ASSUNTOS DISCUTIDOS

1. Expedição de ofício à Presidência da Alepa com cópia à Comissão de Limites Territoriais, solicitando definição formal de representante da Assembleia junto ao Grupo de Governança e reiterando a importância da delimitação territorial legal e georreferenciada dos municípios, sem prejuízo de se buscar agendamento de reunião presencial com o presidente da comissão

**Situação:** foram expedidos os ofícios 232 e 233/2025-CGJ à presidência da ALEPA e à deputada Diana Belo, reiterando o assunto, solicitando pauta e reforçando o convite para participação de um membro indicado neste grupo. Não houve resposta.
2. Informações sobre cronograma preliminar de expansão da emissão do CCIR a partir do projeto-piloto com a superintendência do INCRA-Belém.

**Situação:** INCRA E ITERPA devem se manifestar
3. Devem ser encaminhados os instrumentos operacionais para expedição dos CCIRs referentes aos 48 títulos quilombolas já registrados.

**Situação:** INCRA E ITERPA devem se manifestar
4. Apresentação da visualização consolidada dos *shapefiles* dos 47 municípios, a partir dos dados a serem revalidados junto ao ITERPA, especialmente com a técnica responsável.

**Situação:** Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJPA (SETIC) deve atualizar o grupo
5. Apresentação sobre a origem da demanda de apuração da regularização do quilombo de Sucurijuquara.

**Situação:** CGJ deve se manifestar
6. Compôr Grupo de Trabalho específico para tratar das informações relativas ao quilombo de Sucurijuquara.

**Situação:** Codem, Incra e SPU e Anoreg devem se manifestar
7. Apresentar Informações sobre a demarcação de terrenos de marinha

**Situação:** assunto remanescente da reunião de 08.03.2025, pautado para maio a pedido da SPU. O representante do órgão deve se manifestar

## 8. O QUE OCORRER

### DEBATES

Reunião se iniciou às 10h12

Transcrição realizada com o auxílio da ferramenta *Transkriptor*:

**ANDRÉ FILO-CREÃO - CGJ** - Nós vamos iniciar a nossa reunião do Grupo de Governança Fundiária Rural. Registramos a presença do Dr. Lúcio Guerreiro, ex-juiz auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, titular de uma das turmas recursais do Estado do Pará. Muita alegria, Dr. Lúcio, recebê-lo mais uma vez aqui, o senhor na qualidade de membro do nosso Grupo de Governança. E dando início às nossas atividades, o primeiro item da nossa pauta do Grupo de Governança Fundiária Rural, ele trata da expedição do ofício à presidência da Assembleia Legislativa, bem como a comissão de limites territoriais, solicitando definição formal do representante da Assembleia Legislativa junto ao Grupo de Governança Fundiária, reiterando a importância da delimitação territorial, legal e georreferenciada dos municípios. Então, com relação a este ponto, nós não obtivemos uma manifestação formal ainda da Assembleia Legislativa, Mas nós diligenciamos junto ao Deputado Bordalo, que tem sido um deputado extremamente engajado na luta por regularização fundiária no nosso estado, que atua bastante junto à nossa ouvidoria agrária do tribunal. Nós diligenciamos junto ao Deputado Bordalo e ele ficou de nos auxiliar nesse contato junto ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Chicão. Então, eu acredito que tão logo nós consigamos essa pauta com o Deputado Chicão por intermédio do Deputado Bordalo, nós iremos avançar neste item. Então, ele já fica agendado para a nossa próxima reunião, já com uma solução, creio eu, mais definitiva, mais concreta, a partir da ajuda do Deputado Bordalo.

**HORÁCIO LOBATO – CGJ** - Pois bem. Então, bom dia a todas as pessoas presentes, aos presentes também virtualmente. Satisfação, mais uma vez, tê-los conosco para a atividade, para o desenvolvimento das nossas atividades aqui no nosso grupo de governança. Como item dois da nossa pauta, nós temos necessidade de participação do INCRA e do ITERPA. Eu estou vendo o Dr. Mário Tito. Gostaria de saber se tem alguém, algum representante do ITERPA, seja presencialmente, seja virtualmente. Alguém do ITERPA? Dr. Flávio Ricardo? Bom, mas ainda assim, Dr. Mário Tito, o item 2 da pauta, o senhor na condição de representante do INCRA pode nos dar alguma informação, se foi feito algum tipo de tratativa com o ITERPA? POis isso diz respeito da informação sobre o nosso cronograma, o cronograma preliminar de expansão. Muita correlação. O item 2 e o item 3 também da nossa pauta que são vinculados, relacionados. Então, de repente, se o senhor puder expor para a gente o que foi desenvolvido ao longo desses 30 dias.

**MÁRIO TITO - INCRA/BELÉM** - Certo. Bom dia para todos, para quem está online também. Esse foi um dos temas de pauta das últimas três reuniões, que quando nós começamos, a gente tinha uma dificuldade muito grande de poder concretizar esse processo. Então, foi solicitado ao INCRA, da nossa superintendência, que agendasse vários encontros com o pessoal do ITERPA. Ao longo desse período, nós destacamos um servidor do INCRA especializado na questão do CCIR, dentro do nosso setor de regularização fundiária, para acompanhar os servidores do ITERPA nesse processo. Porque não bastava, inclusive, só abrir o sistema, dar um cadastro, dar uma matrícula e poder trabalhar. Era preciso capacitar esses servidores do ITERPA. E a partir do nosso acordo de cooperação técnica, a gente conseguiu fazer duas semanas de formação com os servidores do ITERPA. Essa fase já terminou. Estão todos preparados para poder acessar. Foram regularizadas as matrículas de inserção dos servidores no sistema. O pessoal do ITERPA já tem acesso ao sistema efetivo. toda a parte do INCRA já foi concluída. Então, todo aquele cronograma que foi pedido, primeira formação, capacitação, inserção dos dados dos servidores do ITERPA no sistema, está tudo feito. Agora, na verdade, é só o ITERPA começar. Do ponto de vista do INCRA, ele já está completo. Não tem mais nenhum tipo de pendência com relação à nossa superintendência. Foi nos solicitado também que a gente pudesse de alguma forma auxiliar os outros colegas das superintendências de Marabá e Santarém. Nós destacamos, conversamos com os servidores, colegas das outras superintendências, mas aí já sai da nossa alçada, porque é uma organização deles com a presidência do ITERPA ou os setores responsáveis. Mas, assim, o modelo de ação da nossa parte já terminou. Era só executar mesmo. Então, por isso que seria interessante ouvir o ITERPA, de que forma já está acontecendo isso. Mas o nosso item já foi feito.

**HORÁCIO LOBATO – CGJ** - Muito bem, Dr.. Eu percebo que o Dr. Flávio Ricardo, representante do ITERPA, está presente virtualmente, inclusive está com a mão levantada. Então, Dr. Flávio, a palavra está com o senhor.

**FLÁVIO RICARDO - ITERPA** – Bom dia a todos, gostaria de desejar uma excelente manhã de trabalho nesse grupo de governança. Dr. Horácio, só ratificar as palavras do colega do INCRA. Realmente, a fase do INCRA, aquilo que cabia ao INCRA já foi cumprido, que foram os treinamentos. Então, a nossa equipe do ITERPA já está apta e já tem acesso ao sistema para que a gente, quando expedir os títulos, todos os títulos, a gente já expeça com esse documento para que depois seja levado a registro. Com relação às outras superintendências, que é a Superintendência Oeste e a Superintendência Sul, a gente ainda está fazendo uma articulação política através do MDA, em Brasília. Inclusive o nosso presidente, Brunno Kono, ele está em Brasília agora, para que efetive, em agenda, para que a gente avance nessa pauta. para que a gente avance nessa pauta e faça o que foi feito aqui com Belém, faça com Marabá e faça com Santarém também.

**HORÁCIO LOBATO – CGJ** - Ok, Dr.. E tem alguma perspectiva para que isso seja colocado em prática?

**FLÁVIO RICARDO - ITERPA** – Dr. Horácio, o Presidente está na agenda nesta semana agora com o ministro do MDA, Ministério de Desenvolvimento Agrário, para que ele traga uma posição mais concreta, para que a gente faça essa articulação. Nós não vamos fazer essa articulação diretamente com os INCRA's de Santarém e Marabá. A gente vai fazer essa articulação inicialmente com o MDA, que vai fazer essa postura. Então, no momento, a gente ainda não tem uma posição.

**HORÁCIO LOBATO – CGJ** - Certo, então a gente pode colocar, Dr., para que na próxima reunião o senhor já nos apresente qual é o andamento? Ok.

**FLÁVIO RICARDO - ITERPA** – Já ia sugerir esse encaminhamento, Dr. Horácio.

**ANDRÉ FILO-CREÃO - CGJ** - Dr. Flávio, só uma observação e uma sugestão para a nossa deliberação e encaminhamento é que, então, a parte operacional de Belém já está encerrada, é isso? Do INCRA Belém?

**FLÁVIO RICARDO - ITERPA** – Perfeito. Perfeito. Dr. André, Perfeito.

**ANDRÉ FILO-CREÃO - CGJ** - Ok. Então, o que nós vamos agora precisar é apenas de um cronograma para início da operação em relação ao INCRA Belém, as áreas que guardam pertinência com o INCRA Belém. É isso, não é?

**FLÁVIO RICARDO - ITERPA** – Na verdade, Dr. André, os títulos que nós estamos expedindo, a gente já faz juntamente com o CCIR, a gente já facilita, a gente já entrega junto.

**ANDRÉ FILO-CREÃO - CGJ** - Perfeito. E com relação às outras equipes que estão, por exemplo, Santarém e Marabá, esses títulos, nessas localidades, já estão saindo com o CCIR também ou não?

**FLÁVIO RICARDO - ITERPA** – Não, não, não. A gente está nessa articulação política que foi solicitada que seja feita junto à Brasília.

**ANDRÉ FILO-CREÃO - CGJ** - Pronto, então assim, só para que nós entendamos. Então, os títulos que são advindos e vinculados ao INCRA-Belém, esses já estão saindo com o CCIR, perfeito?

**FLÁVIO RICARDO - ITERPA** – A operação já está sendo feita.

**ANDRÉ FILO-CREÃO - CGJ** - Então, já temos, então, um terço, vamos assim dizer, daquilo que nós nos propusemos já está executado. Então, a gente pode afirmar que nós não temos mais problemas na emissão de títulos do INCRA com CCIR quando se tratar dos títulos que são vinculados ao INCRA-Belém. Então, agora o nosso passo seguinte é implementar essa mesma atividade nos INCRA's vinculados a Marabá e Santarém. A gente pode fazer essa afirmação. Então acho que é importante que a gente já conste na própria ata da nossa reunião, Paola aqui, já ficou confirmado que nós, com relação aos títulos expedidos pelo ITERPA e que são de abrangência do INCRA-Belém, do Nordeste do Estado, vinculados ao INCRA-

Belém, já está havendo a emissão dos títulos com o CCIR, e que a operacionalização com relação aos títulos vinculados ao INCRA Santarém e ao INCRA Marabá ainda estão em processo de deliberação junto ao INCRA Brasília e que na próxima reunião o ITERPA trará um cronograma com relação à implementação junto a estes INCRAS de Santarém e de Marabá. Podemos deixar dessa forma, Dr. Flávio?

**FLÁVIO RICARDO - ITERPA** – Dr. André, perfeito. A gente só precisa ter atenção ao cronograma, porque a gente está nessa costura política que é necessário fazer. Então, eu não sei se a palavra certa seria um cronograma de operação.

**ANDRÉ FILO-CREÃO - CGJ** - Ou atualização, atualização do andamento.

**FLÁVIO RICARDO – ITERPA** - Acho que seria uma atualização.

**ANDRÉ FILO-CREÃO - CGJ** - Perfeito. É só porque acho que realmente o senhor está correto de falar em uma atualização do andamento, do procedimento, mas assim, sempre lembrando que de mais longe nós já viemos, então nós já temos um modelo, nós já temos a forma e agora só falta a vontade política que eu não tenho dúvida que, considerando que a medida ela tem o lastro de facilitar no processo de regularização fundiária para todos os envolvidos, essa vontade política ela com certeza vai avançar de forma célere, já que nós já temos o procedimento a ser observado graças à atuação proativa do ITERPA e do INCRA-Nordeste do Estado, está bom? O Prof. Girolamo pediu a palavra?

**GIROLAMO TRECCANI – FETAGRI** - Sim, desculpe. Eu não sei se aproveitamos a carona INCRA e ITERPA para um assunto que eu gostaria de colocar em pauta, que é a reunião de hoje à tarde sobre o GT de governança fundiária, ou se abrimos um ponto lá no final no que ocorrer.

**HORÁCIO LOBATO – CGJ** - Melhor no que ocorrer, não é, professor? Acho que é mais interessante.

**MÁRIO TITO – INCRA/BELÉM** - Só para deixar, eu entendo a ideia de um terço, a ideia de que são três INCRAS, mas eu acho que um avanço de ter feito com o Nordeste do Estado é porque existe muito mais áreas ligadas ao Estado que o INCRA intervém do que no Sul, Sudeste e no Centro-Oeste. Então, na verdade, é mais do que um terço. Quando você abre o INCRA-Belém, Nordeste do Estado, para isso, gera um benefício muito grande dentro dessas áreas. E que isso possa, de alguma forma, chegar nas outras superintendências com essa mesma celeridade. Eu acho que isso é importante demais.

**ANDRÉ FILO-CREÃO - CGJ** - É igual assim, e muito bem colocada Prof. Mário Tito, a sua fala. Isso aqui é igual aquele negócio de videogame, né? 1 barra 3, mas a gente sabe a importância que esse 1 teve, porque ele vai servir como paradigma, né, dentro dessa nossa atuação. Mais uma vez aqui de público, externar os parabéns que a Corregedoria tem, tanto ao INCRA-Nordeste, como ao ITERPA por essa atuação proativa. Certo? Então, Dr. Horácio, pode continuar, por favor.

**HORÁCIO LOBATO – CGJ –** É que guarda a correlação também com o item 2, a medida em que diz respeito ao encaminhamento dos instrumentos operacionais para expedição do CCIR, referente aos 48 títulos feitos aos quilombolas que já foram registrados. Especificamente sobre esse item, nós pedimos a manifestação do INCRA e do ITERPA. Dr. Flávio?

**FLÁVIO RICARDO - ITERPA –** Dr. Horácio, só dando continuidade, dentro da nossa operação. Então, em alguns desses 48 títulos que foram expedidos, se estiver dentro dessa competência da CR Belém, a gente consegue operacionalizar. O que estiver fora, ou seja, Santarém e Marabá, a gente não vai conseguir operacionalizar seguindo a lógica

**HORÁCIO LOBATO – CGJ -** Certo. Então, a deliberação é na medida do que foi deliberado no item anterior, não é? Conforme o senhor mesmo falou, aqueles territórios quilombolas que estão dentro da circunscrição de atuação do INCRA-Belém, já saem com o CCIR, enquanto que aqueles que estão dentro da circunscrição de Marabá e Santarém ficarão pendentes dessa implementação da atividade de execução. É isso, não é?

**FLÁVIO RICARDO - ITERPA -** Perfeito.

**HORÁCIO LOBATO – CGJ -** Está bem, então podemos anotar isso como encaminhamento.

**ANDRÉ FILO-CREÃO - CGJ -** Dando seguimento à nossa pauta, o item 4, ele trata da apresentação da visualização consolidada dos *shapefiles* dos 47 municípios a partir dos dados a serem revalidados junto ao ITERPA, especialmente com a técnica responsável. Então, nesse particular, nós tivemos a especial participação da nossa secretaria, antiga Secretaria de Informática, agora Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJPA, a razão pela qual eu vou passar a palavra ao servidor responsável. Pode vir, por favor.

**ÁLVARO ALVÃO - SETIC -** Bom dia. Meu nome é Álvaro, atuo como coordenador de aplicações aqui do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. E dentro dessa atividade que ficou prevista para hoje, inicialmente gostaria de destacar que a gentil colaboração do Dr. Flávio, da Dra. Soraya do ITERPA, que nos atenderam com muita presteza, com muita atenção, o que permitiu agora a gente estar fazendo essa apresentação para vocês. Eu vejo ali no online o Dr. Flávio, a Dra. Soraya. Muito obrigado. Avançando, já fazendo um pequeno esclarecimento, ainda que na pauta nós tenhamos a descrição de 47 municípios, na verdade, nós estamos falando de 45 áreas que possuem títulos. Isso depois o Dr. Flávio ou a Dra. Soraya podem expandir melhor. É porque no cadastro de ITERPA existem alguns municípios que ainda não possuem o título concluído. Estão por estágio em andamento. Então, esses não foram incluídos nessa apresentação, mas o ITERPA se disponibilizou caso necessário também de fornecê-los, se houver esse interesse pelo grupo de governança. Então, avançando, só pedir ajuda aqui do nosso colega para gente jogar na tela aqui, por favor. Nós estamos somente fazendo alguns ajustes para que

a imagem que está aqui no *notebook* esteja disponível também, não só aqui no local presencial, mas para quem está acompanhando remotamente. Retomando aqui. Pois bem, imagino que quem está no *Teams* também consiga visualizar a tela. Na reunião anterior do grupo, nós havíamos definido como ferramenta de visualização dos *shapefiles*, que são esses arquivos que têm as localizações geográficas de cada região no mapa, seria utilizado o Google Earth Pro. Então, é esse que está sendo utilizado, ainda que existam outras ferramentas, como ArcGIS, QGIS, etc. Pela praticidade. É uma ferramenta que, somente lembrando, está disponível gratuitamente na internet, disponibilizada pela Google. Então, nós temos um arquivo KMZ, que é esse que eu estou destacando aqui com o mouse, "ITERPA.kmz". O arquivo KMZ, ele se assemelha muito a um arquivo zip, por exemplo. Ou seja, ele permite o agrupamento do conteúdo no seu interior. Então, você vai ter aqui, no caso, uma pasta, ITERPA, e abaixo dela, as diversas áreas. iniciando aqui de cima para baixo, a letra só está um pouquinho pequena, pelo que eu percebi no telão, mas eu vou ler aqui. A gente tem a Abaetetuba, Ananindeua, Barcarena, Belém 1ª Léngua Patrimonial, Belém 2ª Léngua Patrimonial, Bragança, Capanema, e assim por diante. Em qual sentido eu mencionei que não se trata de 47 municípios? É porque cada elemento desse aqui, especificamente, é uma área que pode ser para o mesmo município, como aqui em Santa Bárbara, por exemplo. Para Santa Bárbara, uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete vezes. Mas não quer dizer que está duplicado aqui não. É porque são diversas áreas vinculadas à Santa Bárbara, por exemplo. Como é que funciona no aplicativo? Aqui, onde está o cursor do mouse em dourado, ao lado do texto e do link aqui, "Santa Bárbara", tem em branco aqui um pequeno polígono, um ícone referente a um polígono aqui. Se clicar duas vezes, ele vai até aquele destino nas coordenadas geográficas. Então, já aproveitando esse primeiro exemplo, a questão da cor aqui. Todos estão com a cor por padrão que é a cor branca. Mas é bem simples na ferramenta, esse arquivo vai ser disponibilizado ao grupo. Já foi repassado a Corregedoria. Você pode trocar as cores se ficar melhor a visualização. Clicando com o botão direito em cima do link, você vai aqui, propriedades. Você vem aqui, estilo, cor. Você muda bem aqui na cor da área. E pode colocar qualquer cor. Colocar aqui, por exemplo, azul celeste. Então, isso é bem simples. Depois, se for mais fácil de visualizar com outras cores, isso pode ser modificado. A mesma coisa é a questão do preenchimento. Esse preenchimento, se for mais interessante, que em vez de que esteja preenchido com uma cor sólida, basta colocar opacidade 0 que ai vai ficar transparente e vai deixar somente o contorno. Vou até mudar aqui a linha 2 para largura 2 no contorno para deixar mais fácil de visualizar. Já deixaria só a linha sendo que aqui você controla o zoom. Percebam que só tem a linha agora aqui, com a delimitação do polígono. Então, essas são configurações que vão depender daquilo que for mais adequado para quem está fazendo a visualização. Se quer visualizar só o contorno, ou se quer deixar a região inteira, e assim vai. Cada item desse aqui vai apontar para uma área diferente. Clicando duas vezes, a navegação aponta para lá. E assim acontece também aqui com São João de Pirabas, por exemplo, que aqui já havia uma descrição. Quando clica, ele mostra uma descrição. E aqui mostra aqui Vila Aimorés

em cima. Vila Boa Esperança. Então já dá para saber. todos os links tem um descritivo que foi preenchido pelo ITERPA com alguma informação adicional. E, assim, no caso de Santa Bárbara específico, Prainha, por exemplo, eu encontrei algo mais específico, além de, por exemplo, aqui no complemento, você vai ter título número 39, livro 36, folha 39, expedido em 11 de novembro de 2020. Se eu clicar no outro de Prainha, já é título de propriedade sob condição resolutive número 51, livro 174, folha 51, expedida em 5 de setembro de 2024. Ou seja, existe uma descrição para cada um deles mais detalhada além das próprias coordenadas que são diferentes também. Então, só para já antecipar que não são elementos duplicados aqui no arquivo, são áreas diferentes. E também se quiser excluir algum arquivo da visualização, somente da visualização em si, basta desmarcar aqui ao lado, na caixinha de seleção. Por exemplo, vou aqui para Ananindeua, que tem Ananindeua e Marituba bem próximas. Aqui já faria sentido, por exemplo, como ao lado é Marituba, de repente colocar uma cor aqui diferente Ananindeua, a outra é a Marituba, para diferenciar. Esse tipo de configuração também é bem simples e possível de fazer. Vou até mudar aqui a de Marituba só para perceber aqui a diferença de Ananindeua para Marituba. A de Ananindeua aqui primeiro. Vou colocar aqui uma outra cor. Aqui por exemplo, laranja. Já fica mais fácil de saber onde fica a fronteira de um com o outro, colocando cores diferentes. Sendo que o mecanismo de zoom também vai sendo possível aqui, tanto para chegar mais próximo quanto para recuar também, se quiser ficar numa distância maior para ver em perspectiva o Estado do Pará. Com todos os pontinhos ali em branco, que estão mapeados. Vou botar aqui no Interpretar direto que aí ele já vai para o Pará. Já mostra o contorno do nosso estado. Esse é um arquivo que o arquivo original recebido de ITERPA já está no grupo do Teams da Corregedoria, mas uma vez que ele for baixado, cada participante pode fazer essas personalizações para aquilo ficar mais fácil de fazer a leitura. Eu fico à disposição agora também para alguma dúvida. Assim como, se vocês quiserem aproveitar a presença do Dr. Flávio e da Dra. Soraya, que é a técnica do ITERPA, também para esclarecer essa questão dos vários títulos e dos outros títulos que ainda não estão concluídos também. Acho que é o momento.

**ANDRÉ FILO-CREÃO - CGJ** - Então, Prof. Girolamo? Fique à vontade, professor.

**GIROLAMO TRECCANI - FETAGRI** - Obrigado. Só gostaria de fazer uma pergunta de absolutamente leigo no assunto, mas que interessado para aprender um pouquinho mais. Caso a gente queira cruzar nesta base, vamos supor que tenha um assentamento periurbano. Portanto, possivelmente vai ser captado por esta imagem. Eu poderia, a partir de outro sistema, por exemplo, SIGEF, incorporar aqui aquela informação para o meu trabalho? Ou aqui, enfim, exportar para o que exige e fazer os milagres que vocês sabem fazer?

**ÁLVARO ALVÃO - SETIC** - Aqui em cima, eu vou colocar aqui o mouse em destaque, tem uma barrinha escrito pesquisar. Aí dentro do próprio Google Earth, o senhor poderia utilizar a mesma descrição que esse assentamento possui, por exemplo, no

Google Maps, pois são ferramentas integradas. Ao fazer isso, ele já vai direcionar aqui na tela à direita para o local onde fica o assentamento. Se esse assentamento estiver dentro de uma dessas áreas que já estão mapeadas aqui à esquerda, vai ficar nítido que ele está inscrito nessa área. E abaixo tem outras ferramentas também que você poderia colocar um marcador, por exemplo, como se fosse um marcador indicando assentamento tal e colocar os outros detalhes. Essa é uma possibilidade dentro do próprio Google Earth. Agora, quanto à interoperabilidade, de abrir outros tipos de ferramenta, esse formato KMZ, ainda que ele seja um formato do Google Earth, mas as outras ferramentas, elas conseguem fazer a abertura dele com versões para outras. Então, poderia abrir em outra ferramenta também da sua preferência e fazer aquilo que for necessário lá. Agora, ele está disponível como um arquivo, assim como se tivéssemos aqui uma planilha Excel, um arquivo do Word, para deixar mais claro assim a compreensão, um arquivo local, vamos dizer assim. Ele não é um serviço que é disponibilizado numa API. Por exemplo, o IBGE possui API de dados abertos, onde você faz uma requisição e ele te devolve como resposta de uma maneira que um sistema pode conversar com outro sistema. Então aqui, no caso, ele está com um arquivo simples. Aqui não seria um sistema, uma API em que um outro sistema poderia se integrar e fazer consultas automatizadas nele. Não sei se era esse o objetivo da pergunta.

**GIROLAMO TRECCANI – FETAGRI - Obrigado.**

**ANDRÉ FILO-CREÃO -** Conceder a palavra ao Dr. Flávio do ITERPA para que possa se manifestar com relação à apresentação que foi formulada pelo Álvaro e depois ao Dr. Mário do INCRA.

**FLÁVIO RICARDO – ITERPA -** Vamos lá. Primeiramente, parabéns, Álvaro. Essa é uma apresentação, eu vou deixar um pouquinho a Dra. Soraya falar, que é a nossa técnica, e também colocar ela à disposição para tirar qualquer tipo de dúvida. Mas só um esclarecimento. Quando a gente trata de vários pontos no mesmo município é porque podem ter várias léguas dadas para o mesmo município. Isso não significa que cada légua é de um município específico. O município pode ter mais de uma légua juridicamente sem qualquer tipo de problema. Então eu vou colocar aqui, como é uma pauta mais técnica, colocar aqui a Dra. Soraya à disposição de vocês para tirar qualquer tipo de dúvida também.

**ANDRÉ FILO-CREÃO - CGJ -** Pode ficar à vontade. Ela está com o senhor, Dr. Flávio?

**FLÁVIO RICARDO - ITERPA -** Não, ela está no link dela. Dra. Soraya... Se tiver algum questionamento, logicamente. Porque a exposição do Álvaro foi perfeita.

**ANDRÉ FILO-CREÃO - CGJ -** Alguém deseja se manifestar com relação... Dr. Mário, por favor.

**MÁRIO TITO - INCRA/BELÉM -** Eu queria, antes de tudo, parabenizar muito o colega aqui do TJ pelo trabalho. Desde quando eu cheguei aqui na comissão, eu vejo essa

pauta ser recorrente, mas eu acho que ela é recorrente porque é necessária. Aliás, ela é fundamental. A gente não tem essa visualização, Dr. Girolamo costuma falar isso, não é? A gente está tratando de questão de regulação fundiária, de destinação do público para o privado e trabalhar a malha fundiária nossa, mas não tem visualização disso. E isso que está aparecendo aqui para mim é um avanço tremendo. Está avançando demais isso. Do ponto de vista do INCRA, inclusive, num Estado que é profundamente marcado pelo público federal, pelo público estadual, pelo privado, encontrar essa malha sendo resolvida, isso dá uma garantia muito grande de segurança mesmo da posse, da propriedade e tal. Então eu queria parabenizar de verdade, dizer que daqui para frente a gente vai poder aumentar ainda mais nossa base. Então nós do INCRA ficamos muito felizes e daqui para frente é só para melhorar, com certeza. Parabenizo.

**ANDRÉ FILO-CREÃO - CGJ** -Pois não, pois não, Coronel Solano, fique à vontade.

**MÁRIO SOLANO – FAEPA** - Dr. André, bom dia. Dr. Horácio, Dr. Lúcio, bom dia em nome dos que realmente estão coordenando o trabalho e cumprimento a todos os membros da comissão. Parabenizar também, isso era um sonho, essa interoperabilidade de sistemas realmente para facilitar o acesso de todos que labutam nessa área e facilitar e vai ajudar bastante a questão das ações daqui para frente. A minha pergunta tem a ver com o ITERPA especificamente, que é a questão do marco geodésico. Se todas essas áreas que já foram encaminhadas pelo ITERPA, não é isso? Se elas realmente já têm o trabalho do marco geodésico no local. A gente pode considerar que o que está virtual já está no local do marco geodésico. Eram essas considerações. Obrigado.

**ANDRÉ FILO-CREÃO - CGJ** - Acredito que essa pergunta deva ser respondida pelo ITERPA, pelo Dr. Flávio ou pela servidora, Dra. Soraya. Eu não sei se a Dra. Soraya está nos ouvindo. Dr. Flávio, o senhor consegue entrar em contato com ela? Fazer uma ligação?

**RICARDO AZEVEDO - ITERPA** - Estou mandando uma mensagem aqui, mas eu já posso responder, sim. Estou sendo obrigado pela pergunta. Sim, sim. Com certeza, todos os títulos que nós expedimos hoje, eles vêm todos delimitados através de georreferenciamento. Então, é com precisão, sim. Com todas as demarcações geodésicas possíveis, para que a gente tenha uma precisão fundiária e o ordenamento fundiário correto.

**MÁRIO SOLANO – FAEPA** - Obrigado Dr. Flávio e parabéns à equipe.

**ANDRÉ FILO-CREÃO - CGJ** - Dra. Moema pediu a palavra, fique à vontade Dra. Moema.

**MOEMA BELLUZZO - ANOREG** - Bom dia, estão me ouvindo?

**ANDRÉ FILO-CREÃO - CGJ** – Sim, senhora.

**MOEMA BELLUZZO - ANOREG** - Bom dia a todos e a todas. Eu tenho uma pergunta, um pedido, se for possível, e uma pergunta esclarecimento. Em relação aos títulos do ITERPA, a gente recebe georreferenciados com o memorial à planta do ITERPA, mas eles ainda não vêm georreferenciados certificados pelo INCRA, e isso está caminhando. Então, a gente não tem ainda a certificação do georreferenciamento e parece que eles estão em andamento. Isso vai ser um avanço enorme para o estado do Pará. Eu gostaria de saber, Dr. André e Dr. Horácio, Se a gente pode, na próxima reunião, fazer a apresentação do mapa do registro de imóveis do Brasil, que é um sistema, inclusive, recomendado pelo CNJ e pela própria Corregedoria no último provimento que tratou de cancelamento e bloqueio, que é um sistema do operador nacional, que tem interoperabilidade também, se a gente poderia marcar uma apresentação do sistema para o nosso grupo de regularização fundiária, se seria possível, Dr. André e Dr. Horácio?

**ANDRÉ FILO-CREÃO - CGJ** - Sim, Dra., não tem problema nenhum. Já fica, inclusive, constando aqui o requerimento da senhora e assim a secretaria já vai diligenciar no sentido de incluir na pauta da nossa próxima reunião do grupo de governança.

**MOEMA BELLUZZO - ANOREG** - Obrigada.

**ANDRÉ FILO-CREÃO - CGJ** - Eu que lhe agradeço. Dr. Mário... Não? Então, acredito que com relação a essa questão... Prof. Girolamo, fique à vontade.

**GIROLAMO TRECCANI - FETAGRI** - Antes de tudo, gostaria de associar os parabéns para o setor competente do nosso tribunal, para o próprio ITERPA, porque acho que estamos em um grande avanço, não só tecnológico, mas também de transparência de informações, que para mim é a finalidade mais importante, e esses instrumentos nos garantem isso. Na verdade, eu gostaria só de sugerir, e aí eu não sei, eu sei que não é competência da Corregedoria nem do Tribunal, mas é competência do ITERPA e do INCRA, fazer aquilo que agora que o senhor disse que existe, o caminho é possível para fazer, aproveitar a brecha, para dizer a possibilidade de que em um site público, portanto de acesso livre, essas informações possam estar lá. Ver como, a partir de uma experiência exitosa, se possa efetivamente garantir o acesso para que essas informações, e quando digo essas informações, são aquelas que o senhor apresentou, mas agregaria todas aquelas que são possíveis, porque, por enquanto, tudo isso um dia estará no SINTER, mas esse SINTER ainda está meio longe, portanto, algum instrumento preparatório seria interessante. A segunda coisa que eu gostaria de me associar é parabenizar a proposta que a ANOREG apresentou, que a Dra. Moema apresentou. Eu tive a sorte, semana passada, em Porto Velho, de verificar como funciona na prática o R.I. digital. É uma grande evolução, exatamente porque nos permite acesso às informações. Portanto, me associo ao pedido, na verdade já deferido pela mesa desta reunião. Acho que nós temos muito a aprender com essas novas ferramentas. Obrigado.

**ANDRÉ FILO-CREÃO - CGJ** - Obrigado, professor Girolamo. Então fica a informação apresentada, nós vamos incluir todos os membros do grupo de governança em um grupo do Teams, está certo? Para que os senhores possam ter acesso a essas informações que foram apresentadas pelo Álvaro e desde logo eu submeto ao grupo de governança, se há alguma oposição a nós enquanto grupo de governança, encaminhamos à presidência do Tribunal, ao Departamento de Gestão de Pessoas, o elogio do trabalho do servidor, para que conste na ficha funcional do Álvaro Alvão toda a diligência, todo o tempo que ele empregou para realizar esse serviço que tão aguardado era por todos nós. Tem alguma objeção? Todos de acordo? Então fica deferido, está certo, Paola? Para que seja encaminhado para a ficha funcional do Álvaro essa contribuição extremamente valiosa ao nosso grupo de governança fundiária. Então, os itens 5 e 6, Dr. Horácio, por favor.

**HORÁCIO LOBATO – CGJ** - Pois bem, então, na sequência, iremos ao item 5, que diz respeito à demanda de apuração da regularização do quilombo Sucurijuquara. E a título de contextualização que nos cabe, essa demanda, que envolve a comunidade do quilombo de Sucurijuquara, ela é parte integrante de um processo que tramita na nossa Corregedoria e está tombado sob o número do PJECOR nº 0001791-11.2023.2.00.0814. E que tem como objeto apurar eventuais irregularidades registras sobre áreas reconhecidas como território de quilombos. E isso partiu, foi em decorrência desse processo. O procedimento foi deflagrado a partir de uma comunicação da Secretaria de Igualdade Racial, do ITERPA, da Procuradoria Geral do Estado e do Colégio de Registradores de Imóveis, a partir de indícios de superposição de registros particulares sobre a área de tradicional ocupação quilombola. O processo vem tramitando regularmente, e alguns pontos, alguns atos processuais que nós reputamos de importância, de grau de importância, que eu vou destacar aqui. No dia 16 de julho de 2024, a partir de uma deliberação do então corregedor, Desembargador José Roberto, houve a expedição de ofício circular a todas as serventias do Estado, para fins de solicitar a validação de dados de registros incidentes sobre áreas quilombolas. Também consolidar informações oriundas dos cartórios e da Malungo, e subsidiar o diagnóstico técnico e registrado do território Sucurijuquara especificamente e demais áreas quilombolas do estado. Junto a esse ofício circular foi encaminhada uma planilha que se propunha a consolidar de maneira estruturada as informações de titularidade, existência ou ausência de matrícula e localização aproximada dessas áreas. Em resposta a esse ofício, especificamente o 2º Serviço de Registro de Imóveis de Belém, confirmou a existência de diversas matrículas sobre a área de Sucurijuquara, com titularidade em nome de terceiros e sem registros, que indicavam tratar-se de território quilombola. O Dr. Flávio Heleno, que é o titular daquele ofício, do segundo registro de imóveis, destacou ainda a necessidade de informações adicionais para localizar outros imóveis eventualmente omitidos. O processo foi caminhando desde então, e mais recentemente, agora, já no mês de maio. Então, dando sequência na contextualização, agora no final, já no mês de maio, mais especificamente na data de 8 de maio de 2025, a Desembargadora

Elvina, nossa corregedora, decidiu, deliberou, nestes autos no processo e determinou que o INCRA-Nordeste, CODEM e ITERPA apresentassem manifestação sobre a gleba Sucurijuquara, especialmente no que diz respeito no que toca a eventual doação daquela área a CODEM. Também determinou que a Defensoria Pública de Castanhal na sua especialidade do agroambiental, informasse sobre a documentação solicitada pela SPU e também a Secretaria de Direitos Humanos que esclarecesse se ainda persiste a dificuldade para registro de títulos de regularização fundiária de comunidades quilombolas e tradicionais. Então, essa foi a última deliberação dada nos autos pela Desembargadora Elvina. Então, essa Dr. Mário Tito, Dr. Flávio Ricardo e demais participantes desta reunião, do grupo de governança. De maneira muito sintética, essa é a contextualização desta demanda que nos foi apresentada. Então, diante desse cenário, eu pergunto ao Dr. Mário Tito, se o senhor gostaria de se manifestar especificamente? Dr. Flávio Ricardo, a palavra está com os senhores.

**MÁRIO TITO – INCRA/BELÉM** - Essa demanda, esse item de pauta 5, está ligado a item de pauta 6 também, porque se fala da criação de um grupo de trabalho ampliando a discussão para mosqueiro, que é uma situação que envolve uma série de atores, seja do ponto de vista de quem está no ente público para regularização fundiária, seja de quem efetivamente está ocupando o espaço. E tem uma série de situações. E nós pensávamos, desde a reunião passada, em criar um grupo de trabalho para estudar isso. Paralelamente a isso, foi seguindo a questão do Sucurijuquara. O que é que chegou para nós no INCRA, a solicitação da Desembargadora com relação ao pedido de informações, depois foi reiterado, de fato, eu só tive conhecimento desse ofício posterior, e aí eu me movimentei dentro do INCRA para saber efetivamente qual era a situação ligada à questão de Sucurijuquara especificamente, não do Mosqueiro como um todo. E o que é que a gente tem com relação à demanda do território quilombola Sucurijuquara? Nós temos uma solicitação de uma associação pedindo que o INCRA esteja presente na área para iniciar os estudos do relatório técnico de identificação e delimitação. Existe essa demanda. Isso veio desde o ano passado, tentando solicitar. Só que, para todos saberem, o INCRA tem uma série de demandas com relação a territórios remanescentes de quilombos. E o INCRA faz interlocução junto com outras entidades organizadoras das demandas quilombolas naquilo que nós chamamos de mesa quilombola. E no ano de 2024, nessa mesa quilombola se definiram quais eram os territórios onde o INCRA ia atuar prioritariamente. E esse território não estava incluído entre as prioridades. Portanto, em 2024 não foi feito nada, justamente porque não está na prioridade. A partir desse ano, começaram as demandas para perceber onde é que nós vamos atuar. E Sucurijuquara está nessa demanda. Inclusive, eu tenho informação do meu setor de quilombola, dizendo que, de alguma forma, já há uma indicação de começar os estudos lá. Porém, está se esbarrando exatamente nessa questão do Mosqueiro como um todo, porque existe toda uma questão de área de marinha, destinação da área para CODEM, área de regularização fundiária, ligada à questão de projeto de assentamento

agroextrativista, uma série de situações. Eu acho que essa situação está dependente da pauta 6 para poder, em conjunto, resolver. Mas o encaminhamento é esse que está sendo dado dentro do INCRA.

**HORÁCIO LOBATO – CGJ** - Certo. Então, tem correlação completa e total, os itens 5 e 6. Houve, e eu pergunto especificamente ao senhor, na condição de representante do INCRA, mas também estendo a pergunta à CODEM, representante da CODEM, SPU e também a ANOREG, houve algum avanço na composição, criação e já de repente alguma discussão do grupo de trabalho? Com a composição dessas instituições para discutir, para fins de discutir essa demanda, essa questão?

**MÁRIO TITO – INCRA/BELÉM** - Eu vou logo manifestar, mas na conversa que estava com o pessoal do SPU e tal, teria que ter alguém ter puxado. Simplesmente não aconteceu. Nós não sentamos em momento algum sobre a criação mesmo do GT.

**HORÁCIO LOBATO – CGJ** - Então vamos puxar agora?

**MÁRIO TITO – INCRA/BELÉM** - Exatamente.

**HORÁCIO LOBATO – CGJ** - Eu acho que isso já é um encaminhamento, uma deliberação, que acho que a deliberação inclusive por total correlação entre os itens 5 e 6 ela pode, e acho que deve ser conjunta nas deliberações dos encaminhamentos. Então como o primeiro encaminhamento já fica deliberado a criação de grupo de trabalho composto pelo INCRA-Nordeste do Pará, SPU, ANOREG, CODEM, eu não sei se o ITERPA teria pertinência para participar, de repente... Também, o ITERPA para... para a criação desse grupo de trabalho, instauração na verdade, instalação desse grupo de trabalho e a partir de então já nos apresentar alguma deliberação, algum encaminhamento na próxima reunião já a respeito dessa demanda, desse problema que nos foi apresentado. Podemos ficar dessa forma? A deliberação nesse sentido da criação e instauração do grupo de trabalho formado e composto por esses órgãos, por essas instituições e já para que nos apresente na próxima reunião uma deliberação, um encaminhamento específico sobre isso. Agora, eu fico feliz, Dr. Mário, que isso já entrou, pelo que eu entendi da sua fala, o território quilombola Sucurijuquara já entrou na mesa quilombola, já é um tema prioritário.

**MÁRIO TITO – INCRA/BELÉM** - Vai ter a discussão na mesa quilombola, está na pauta, para saber qual é a prioridade para se atender, mas já há um indicativo de começar os trabalhos.

**HORÁCIO LOBATO – CGJ** - Ótimo, maravilha. Então, podemos ficar com essa deliberação, itens 5 e 6. E senhores, volto a repetir, CODEM, SPU, ANOREG e ITERPA compõem esse grupo de trabalho e na próxima reunião já irão apresentar os encaminhamentos que eventualmente já tenham. Podemos ficar dessa forma? Ok. Então, vamos. Item 5 e 6 vencidos. Vamos ao item 7, Dr. André. Então, o item 7 é

um item específico da apresentação de informações sobre terrenos de marinha e que está afeto à SPU. Então, a palavra está com o senhor, Dr..

**ODILON MEDEIROS - SPU** - Bom dia a todos. Em relação ao processo demarcatório em curso, temos um prazo determinado pelo Tribunal de Contas da União de finalizar toda a demarcação dos terrenos de marinha e dos terrenos marginais de rio federal, além da identificação direta das áreas de uso comum do povo, até o dia 31 de dezembro desse ano. Então, estamos em um trabalho bem avançado, já entregamos grande parte do trabalho, entregamos um trecho considerado do litoral paraense, que vai praticamente de Ananindeua até Boa Vista do Gurupi, no Maranhão, divisa. Temos também um trecho que entregamos agora do rio Araguaia, toda a sua extensão, e o rio Tocantins. E a equipe, a comissão de demarcação, instituída por portaria, está avançando nas outras áreas. Então, temos casos sensíveis em Conceição do Araguaia, casos sensíveis de regularização em Marabá, em Tucuruí, em vários pontos que a comissão está conseguindo avançar. Então, as linhas hoje estão posicionadas, ainda vai ter uma fase de recursos administrativos. A SPU irá analisar esses recursos e vai determinar o posicionamento final dessas linhas, mas o trabalho está bem avançado com previsão de conclusão para esse ano ainda.

**HORÁCIO LOBATO – CGJ** - Então, a título de sugestão de deliberação, considerando que é um trabalho que está em execução, e o senhor disse que tem um marco temporal até o dia 31 de dezembro, esse é o seu prazo, prazo fatal, pelo que eu entendi. Então, nós poderíamos, à semelhança do que já foi posto no item anterior, no item que o Dr. André conduziu, para o senhor nos fazer apresentações de atualização desse trabalho. À medida que nós iremos fazendo as reuniões, o senhor nos apresenta as atualizações. Podemos ficar dessa forma? Considerando que é um trabalho que está em execução. Sim, sim. Perfeito. Alguma objeção em relação aos demais membros a essa deliberação? Ok? Dr., o senhor quer falar? Então esse item 7 ficamos assim dessa forma, deliberação no sentido de que haverá apresentação das atualizações por parte da SPU em relação ao trabalho que vem sendo desenvolvido. Então vamos ao item agora “o que ocorrer”, me parece que agora... pois não?

**MÁRIO TITO – INCRA/BELÉM** - Só um adendo. Eu acredito que esse nosso GT sobre Mosqueiro, é só uma sugestão, poderia ser puxado pelo SPU. Ou seja, ele coordenar nossos trabalhos, porque, como se trata de uma regularização fundiária de uma área bem grande que é Mosqueiro, ele precisa ser puxado por eles. Até porque, por exemplo, nós do INCRA temos dois setores interessados. O de regularização fundiária e o de visão de quilombola. Então, eu preciso ter esses dois setores a respeito do...

**HORÁCIO LOBATO – CGJ** - Eu não havia me manifestado em relação ao coordenador porque eu ia deixar a critério de vocês, mas, nenhuma objeção?

**ODILON MEDEIROS - SPU** - Nenhuma objeção, tanto que esse procedimento dos

itens 5 e 6, o INCRA vai fazer todo o trabalho preliminar, vai fazer o RTID, vai plotar, vai traçar o polígono da área pretensa para o território quilombola e, juntamente com a CODEM, um grupo de trabalho, a SPU vai analisar esse polígono e vai deliberar pela sua transferência de gestão, que é um instrumento de destinação adequado, para o INCRA poder fazer a titulação dos beneficiários.

**HORÁCIO LOBATO – CGJ** - Entendi. Dra. Moema, só para deixar claro, a senhora está com a mão levantada? A senhora quer se manifestar? A senhora está sem áudio, Dra..

**MOEMA BELLUZZO – ANOREG** - É só uma pergunta, Dr. Horácio, em relação ao ponto anterior. Então foi determinado, como já tinha sido determinado na outra reunião, que vai ser feito um grupo entre ANOREG, SPU, INCRA, acho que são esses, não é?

**HORÁCIO LOBATO – CGJ** - CODEM, INCRA, SPU, ANOREG e ITERPA. E agora acabamos de deliberar que quem coordenará esse grupo será a SPU.

**MOEMA BELLUZZO – ANOREG** - Mas como é que vai ser esse contato? Porque senão ninguém fala com ninguém. Eles não têm o meu número, não tenho o dele. Alguém toma a frente, troca os números...

**HORÁCIO LOBATO – CGJ** - A Corregedoria vai se encarregar de compilar esses dados de contato e passar para entre vocês.

**MOEMA BELLUZZO – ANOREG** - Eu agradeço. E uma pergunta também, Dr. Horácio. Quando o senhor relatou esse item, desculpa, porque eu estava tentando falar, o senhor falou que foi verificado que tinha sobreposição no registro de imóveis, mas que as áreas não estavam registradas. Foi isso?

**HORÁCIO LOBATO – CGJ** - Sim, exatamente. Uma informação do Dr. Flávio, Flávio Heleno.

**MOEMA BELLUZZO – ANOREG** - Mas sobreposição com o que, se não tem o registro das matrículas? Uma sobreposição de que base?

**HORÁCIO LOBATO – CGJ** - São superposições de registros particulares sobre a área de ocupação tradicional quilombola. Essa é a informação que veio a partir da Secretaria de Igualdade Racial do ITERPA, da Procuradoria-Geral do Estado.

**MOEMA BELLUZZO – ANOREG** - Então, no caso, tem matrículas registradas no cartório e, teoricamente, se trataria de uma área de quilombos, é isso?

**HORÁCIO LOBATO – CGJ** - Exatamente, é isso.

**MOEMA BELLUZZO – ANOREG** - Mas esse quilombo não foi registrado ainda, então não tem uma sobreposição no registro imobiliário, porque o quilombo em si não está registrado, correto? Só para entender. Obrigado.

**HORÁCIO LOBATO – CGJ –** Correto. Então, só um minuto, Dra.. Está registrado? Está registrada, é a informação que nós temos aqui? Está registrado o quilombo.

**MOEMA BELLUZZO – ANOREG -** O quilombo está registrado e tem matrículas registradas, tem outras áreas registradas que estão se sobrepondo?

**HORÁCIO LOBATO – CGJ -** Por isso, por isso a sobreposição. É esse o problema, exatamente.

**MOEMA BELLUZZO – ANOREG -** E de onde veio essa informação dessa sobreposição registral? Quem deu?

**HORÁCIO LOBATO – CGJ -** O Dr. Flávio Heleno apresentou uma manifestação nesse sentido, Dra.. A gente vai passar para a senhora o número do processo e a isso a gente vai subsidiar o grupo de trabalho, o número do processo para que vocês, a partir dessas informações que constam desse processo, para que vocês possam conduzir o trabalho de vocês

**MOEMA BELLUZZO – ANOREG -** Obrigada. Eu vou falar com o Dr. Flávio. Obrigada.

**HORÁCIO LOBATO – CGJ -** Então, mais alguma questão sobre isso? Então, podemos passar para o item a o que ocorrer? Por favor.

**MÁRIO SOLANO – FAEPA -** Uma pergunta, Dr. Horácio. É a questão do grupo de trabalho, especificamente sobre essa situação, se a gente pode ter acesso a esse encaminhamento desse processo dos quilombolas, lá de Mosqueiro.

**HORÁCIO LOBATO – CGJ -** Quando o senhor fala a gente, o grupo de governança?

**MÁRIO SOLANO – FAEPA -** O grupo de governança, exatamente.

**HORÁCIO LOBATO – CGJ -** Não, inclusive isso constou da nossa deliberação que na próxima reunião eles deverão nos apresentar o que foi, o que será produzido pelo grupo de trabalho.

**MÁRIO SOLANO – FAEPA -** Sim, principalmente a questão de identificação, todo o processo inicial a gente precisa ter acesso, até porque isso é um de vários que a gente precisa acompanhar. Esse é o primeiro ponto. Eu lhe agradeço.

**HORÁCIO LOBATO – CGJ -** Está bem. Dr., eu vou passar a palavra para o representante da SPU, porque eu acho que guarda correlação com esse seu pedido, não é isso? A gente, inclusive, já pode... Sem problema.

**ODILON MEDEIROS - SPU -** Isso. Ainda em relação ao território do Sucurijuquara, A SPU solicita que seja compartilhado todo o histórico processo e o processo judicial com a gente, para que a gente consiga entender a situação atual, entregar para as equipes fazerem o trabalho técnico e começar a transcorrer os procedimentos.

**HORÁCIO LOBATO – CGJ -** A Corregedoria se encarregará de fazer a compilação dos dados, pessoal de vocês para manter para que vocês possam manter o contato e

também encaminhar o número do processo PJECOR para que vocês possam ter acesso. Perfeito. Obrigado. Ok. Por favor, Dr..

**MÁRIO SOLANO – FAEPA** - O outro aspecto tem a ver realmente com o SPU, esse último item, na questão da demarcação do terreno de marinha e marginal. Apenas uma lembrança aqui que em 2011, mais especificamente em novembro de 2011, esse estado aqui ia ser dividido em três. Nós tivemos um plebiscito e o povo do Pará decidiu permanecer o Parazão e não o Parazinho. E o estado do Pará, eu estou falando da sociedade para isso, precisa tomar conhecimento que nós já estamos no caminho do Parazinho sem saber. O Decreto 1.164 de 1971, que foi revogado, já no novo Decreto-Lei de 87, isso não foi resolvido e pacificado. Então eu trago aqui a esse colegiado para que a gente comece a pensar também em trazer de volta... Ah, questão é política. Nós estamos tratando de vários assuntos aqui nesta comissão que também são de política, que envolve questões muito sérias e graves de milhões de pessoas que estão envolvidas nesse território. Portanto, Fica aqui a proposta e os senhores analisarem a possibilidade de também trazer de volta, nesta comissão que estamos tratando de questões fundiárias, o território que nos cabe receber de volta. Porque nós estamos perdendo território para a União. E não é pouco. Muito território nesse estado. Portanto, fica o alerta aqui que os senhores são autoridades, os senhores moram aqui, os senhores conhecem aqui, isso tem relação com o conflito. Eu entendo que o nosso representante da SPU está falando que nós encontramos duas vezes em audiência pública e os conflitos são enormes porque as pessoas já estão lá há décadas e não se sabe o que vai fazer. Então ficam essas observações porque a preocupação aqui do setor produtivo, eu aqui como representante, mas também como cidadão. paraense. Eu acho que o mais importante não é apenas o território, são as pessoas. Então, nesse sentido, a comissão tem um papel fundamental de, se não puder resolver o problema dos conflitos, mas minimizá-los. Eram essas considerações. Obrigado.

**HORÁCIO LOBATO – CGJ** - Fica consignado já, Dr., a sua manifestação. A gente agradece a sua preocupação, que é importante, representativa e já está consignado. Mas, por favor, professor.

**GIROLAMO TRECCANI – FETAGRI** - Eu gostaria, antes de tudo, de parabenizar o Governo Federal através da Câmara Técnica de Destinação e Regulação Fundiária de Terra Pública e o Governo do Estado através do ITERPA pela criação do grupo de trabalho que vai discutir a questão de várias glebas federais no estado do Pará. Acho que essa iniciativa é fundamental, ela é fruto de uma resolução, resolução N° 18 de 14 de maio de 2025, e hoje à tarde se terá a primeira reunião em Brasília para dar andamento a isso. Por que acho que isso é estratégico para este grupo? Exatamente pelas razões que foram colocadas agora pelo Dr. Mário, nós temos, todos nós sabemos que temos uma grande presença federal em todas as suas diferentes dimensões no estado do Pará. Esse GT pode ser o começo de uma ampla discussão que envolva, seja o governo federal, que é estadual, seus diferentes órgãos, mas nossa preocupação, e quando digo nossa, não é só da FETAGRI, foi

lançado ontem um documento assinado por várias entidades, a própria Comissão de Direito Agrário da OAB tem uma manifestação nesse sentido, para que o artigo quinto desta resolução, que abre a possibilidade de participação dos movimentos sociais e sociedade civil, possa evoluir não só para uma participação eventual. Nós estamos falando de patrimônio público, portanto, estamos falando de patrimônio de todos nós. E não terá que ser exclusivamente INCRA e ITERPA a decidirem sobre a destinação dessas terras. Segunda colocação, nesse sentido, é fundamental aproveitar evidentemente as iniciativas emergenciais como esta, mas também pensar nas iniciativas estruturantes. Esse documento que citei, ele solicita formalmente à Câmara Técnica, não o Grupo, mas à própria Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas Federais, que abra a possibilidade de que a sociedade civil participe desta instância. E, finalmente, solicita que o ITERPA instale a própria Câmara Técnica Estadual, que, diga-se de passagem, foi criada ainda em novembro de 2020, portanto, quase cinco anos atrás, quatro anos e meio atrás, está criada em lei, mas ainda não está instalada. Achamos que é o momento para poder fazer isso porque na Câmara Técnica Estadual já está garantida a presença da sociedade civil. Obrigado.

**HORÁCIO LOBATO – CGJ** - Nós é quem agradecemos, professor. Dr., você quer se manifestar também?

**VANDERSON QUARESMA – OAB** - Por favor, Dr..

**HORÁCIO LOBATO – CGJ** - Obrigado pela sua manifestação, professor. A Corregedoria também compartilha da ideia de que a criação dessa proposta do Governo Federal, da Câmara Técnica que irá tratar da destinação das terras do Estado, é uma iniciativa louvável que precisa ser implementada e que precisa ser aperfeiçoada, e como de fato está sendo. Então, nós acreditamos que a partir disso pode ser o começo, o início de uma demanda que se arrasta por décadas e séculos. Então, também a Corregedoria gostaria de fazer esse registro. Por favor, Dr.

**VANDERSON QUARESMA - OAB** - Bom dia, Dr.. É só uma questão de representatividade da OAB a partir de então. Nós tomamos posse semana passada na comissão de regularização fundiária e vamos passar a representar a OAB nesta comissão. Com a ajuda da parte administrativa da Corregedoria, nós recebemos um e-mail ainda há pouco e a OAB vai oficializar agora os representantes. Nós estávamos sendo representados pelo Dr. Thiago Freitas, que é da Comissão de Notarial Registral da OAB. E, a partir de então, a gente vai homologar e vai ficar eu, Vanderson Quaresma, como presidente, e a Dra. Naira. Eu acho que ela está justamente cuidando dessa comunicação entre a OAB e a corregedoria do tribunal. E, a partir de então, a OAB fica à disposição para qualquer debate, embate, e deixo já registrada a nossa necessidade e apoio, foi a orientação que eu tive da nossa secretária-geral, Dra. Eva Franco, sobre a possibilidade da gente começar a conversar sobre cursos profissionalizantes aos advogados que envolvem a regularização profissional. Temos aqui o professor que eu já vou convidar ele a fazer parte e qualquer outro membro da comissão que possa vir às dependências

da OAB e a gente possa administrativamente poder caminhar nesse sentido e os advogados serem atendidos e capacitados no que diz respeito à regularização fundiária.

**HORÁCIO LOBATO – CGJ** - Muito bom, muito bom, Dr.. O grupo de governança ele se propõe exatamente a isso, ser um espaço plural, democrático para que os diversos segmentos da sociedade, de forma direta ou indireta, possam participar ativamente da construção de uma solução para esse problema que nós temos, que é uma realidade. Então, nada mais natural que a OAB, que historicamente trabalha e luta por isso, por essa solução, tenha assento e que seja representada por profissionais de alto gabarito como o senhor. Já fica também constando da deliberação aqui da sua manifestação para fins de se promover a habilitação, a regularização da representatividade da OAB neste grupo de governança. Muito obrigado. Mais alguém quer se manifestar no item “o que ocorrer”? Não? Então, eu acho que... Marcar a próxima reunião, não é? Dra. Monique, já temos uma data? Para nossa próxima reunião, nós estamos agendando para o dia 24 de junho. 24 do mês de junho, dia de São João.

**MYRZA PEGADO – CRI/PA** - Dr. Horácio, licença, Myrza, do Colégio de Imóveis, tudo bem?

**HORÁCIO LOBATO – CGJ** - Pois não, Dra..

**MYRZA PEGADO – CRI/PA** - O item da pauta sobre o usucapião, acho que não foi abordado.

**HORÁCIO LOBATO – CGJ** - É pauta na reunião urbana, Dra..

**MYRZA PEGADO – CRI/PA** - Ah, está bem. Já está agendando a data mesmo?

**HORÁCIO LOBATO – CGJ** - É, da Reunião Rural. É, porque nós costumamos agendar tanto no Rural quanto no Urbano. O Rural, normalmente, é a primeira etapa, que já fica agendado para o dia 24 de junho, às 10 horas.

**MYRZA PEGADO – CRI/PA** - Está ótimo, está bom. Desculpa. Obrigado.

Reunião finalizou às 10h28

Gravação da reunião disponível no link <https://ovr.video/f9a815>

#### **DELIBERAÇÕES:**

<b>Encaminhamentos</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo</b>
1. Reiterar solicitação de definição formal de representante da ALEPA junto ao Grupo de Governança (com apoio do Deputado Bordalo para interlocução)	CGJ	Próxima reunião

2. Apresentação de atualização sobre o cronograma de operacionalização do CCIR nos títulos expedidos pelo ITERPA vinculados às superintendências do INCRA Marabá e Santarém.	ITERPA e INCRA	Próxima reunião
3. Emissão de CCIR para títulos quilombolas na circunscrição do INCRA/Nordeste do Pará	ITERPA e INCRA	Próxima reunião, para informação do andamento
4. Encaminhamento de elogio funcional a ser averbado nos assentos funcionais do servidor Alvaro Alvão da SETIC	CGJ	10 dias
5. Incluir todos os membros no Grupo da Governança no Teams, para acesso aos <i>shapefiles</i> compartilhados	CGJ	10 dias
6. Apresentação sistema MAPAS pela ONR	ANOREG	Próxima reunião
7. Criação e instalação de Grupo de Trabalho com representantes da SPU (coordenadora), INCRA, CODEM, ITERPA e ANOREG para análise da regularização do território quilombola Sucurijuquara	Membros designados	Próxima reunião, para informação do andamento
8. Em Envio do número do processo PJEOR nº 0001791-11.2023.2.00.0814 que trata sobre regularização fundiária de quilombos, inclusive Sucurijuquara, e respectivo histórico à SPU, CODEM e demais integrantes do grupo de trabalho	CGJ	10 dias
9. Apresentação de atualizações periódicas sobre a demarcação de terrenos da União, com prazo de conclusão até 31.12.2025	SPU	Próximas reuniões

**PROXIMA REUNIÃO**

DATA: 23.06.2024	INÍCIO: 10H	FIM: 11H	LOCAL: TJPA, SALA MULTIUSO, ANEXO 1
------------------	-------------	----------	-------------------------------------

Nestes termos, nada mais havendo, foi lavrada a presente ata a qual, após lida, foi assinada pelos Juízes Auxiliares da CGJ. Eu,  Paola Watrin Pimenta Menescal, digitei e subscrevi.

**ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO G. DA FONSECA**  
Juiz Auxiliar da Corregedoria

**HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO**  
Juiz Auxiliar da Corregedoria